

Resumo:

O ensaio apresenta um resumo da exposição da autora na mesa: "Liberdade e o apenado", na XIV Semana da Cultura Religiosa. Serão abordadas questões sobre punitivismo, encarceramento e luta por liberdade. Com base em análises de Ana Luiza Flauzina, Felipe Freitas e Thula Pires, discute-se a estruturação do sistema penal brasileiro, destacando a persistência da lógica escravista que informa o funcionamento deste empreendimento. O trabalho também enfoca os movimentos sociais e organizações que lutam pelo desencarceramento, destacando o abolicionismo penal como uma perspectiva concreta e atual.

Palavras-chave:

Liberdade – pena – encarceramento - abolicionismo penal - relações raciais.

Introdução:

Este trabalho busca sintetizar algumas das discussões travadas na mesa “Liberdade e o apenado”, que ocorreu na XIV Semana da Cultura Religiosa. De forma breve, a exposição buscou passear por pontos relevantes à discussão sobre punitivismo e encarceramento, a partir da centralidade da luta por liberdade². Toma-se como referencial teórico diagnósticos racialmente informados, que delineiam a centralidade do racismo na estruturação e manutenção do sistema penal. Guardando compromisso com as disputas por liberdade, a investigação se orienta pelos balanços construídos pelo campo político que tece, nas disputas cotidianas, caminhos para um mundo sem prisões.

Em um primeiro momento, será elaborado um breve apanhado histórico sobre o processo de institucionalização da privação de liberdade enquanto principal forma de punir no país. Para tal, este artigo se guia pela produção teórico-política de Ana Luiza Flauzina. Entende-se que esse movimento permite a contestação do papel do aprisionamento enquanto suposta forma de resolução de conflitos sociais. Posteriormente, será travado um debate acerca do poder judiciário, discutindo seu papel neste contexto. Esse movimento se desdobra a partir de análises propostas por Felipe Freitas e Thula Pires.

Por fim, o artigo traz uma discussão sobre um campo vivo: movimentos sociais em luta por liberdade. Toma-se enquanto referência a luta política abolicionista penal travada na atualidade. Destaca-se, especialmente, o papel fundamental dos movimentos sociais e

¹ Advogada popular, mestranda em Direito pela PUC-Rio. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Estudos Ladino-Africanos e Afro-diaspóricos: Direito em Pretuguês e integrante da coordenação do Grupo de Estudo e Pesquisa sobre o Sistema Interamericano de Direitos Humanos da PUC-Rio. Pesquisadora-bolsista do IPEA em pesquisa sobre impactos do encarceramento.

² Tratam-se de reflexões que, em parte, foram exploradas de forma mais detida em outros trabalhos de minha autoria: Discursos jurídicos que desconsideram certas humanidades: decisões judiciais sobre pleitos de habeas corpus coletivos na pandemia de Covid-19. Rio de Janeiro, 2021. Monografia de final de curso. Departamento de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro –PUC-Rio e Derechos humanos, tortura y sistema penitenciario: un análisis del caso de Río de Janeiro a la luz de los parámetros establecidos por el Sistema Interamericano de Derechos Humanos. Relaciones Internacionales, (53), 11–30, 2023

articulações políticas lideradas por familiares de pessoas privadas de liberdade e sobreviventes do cárcere, construídas em aliança com organizações da sociedade civil.

Prisão: punição oficial

“O sistema penal brasileiro foi sendo forjado em reação/relação às lutas e movimentos de resistência contra processos de dominação e desumanização da população não-branca do país” (Barrouin, 2023: 13). Flauzina (2006) delinea que a concepção de punição foi ganhando seus contornos a partir da dinâmica colonial, moldada por lógicas de desumanização e violência dirigidas contra as populações não brancas.

A pena era determinada e aplicada no âmbito privado. Ao passo que a elite branca escravista, de forma oficiosa, detinha o monopólio da violência em suas fazendas, desconsiderando, inclusive, os textos legais vigentes à época. A partir do século XIX, com a Independência, a gestão da pena, paulatinamente, é transferida do âmbito privado para o público, sem, no entanto, romper com a lógica escravista (Flauzina, 2006: 56). Além disso, a gestão da pena no âmbito privado continuava sendo uma realidade. É nesse contexto que se adiciona à punição executada pela elite branca em suas fazendas, aquela que passa a ser realizada pelo poder público, por meio do açoite e da prisão.

As raízes escravistas que ancoram a noção de punição no Brasil seguem se atualizando ao longo da história, sob diversas roupagens institucionais. No período pós abolição, as práticas de controle foram sofisticadas, e a lógica da criminalização passou a operar, ainda mais, no sentido de manter as dinâmicas de dominação vigentes desde o Império. O Código Penal de 1940, promoveu a assepsia racial no texto legal, isolando-o das práticas por ele ocasionadas e sustentadas. Nesses termos, o Código, que ainda segue em vigor, impede uma visão global do sistema em que o racismo emerge como base fundamental (Flauzina, 2006: 74-75).

Poder judiciário e violência de Estado

Se a liberdade segue não sendo a regra para um segmento da sociedade brasileira, cabe observar como se articula o empreendimento punitivo no país. Em especial, analisar o poder judiciário, e sua composição em termos de gênero e raça. Este poder, que se projeta enquanto bastião civilizatório, tem chancelado e gestado a violência atroz do cárcere (Flauzina e Pires, 2021). Segundo Freitas (2019, p. 51), esse processo é resultado da estruturação das instituições jurídicas a partir “ponto de vista dos brancos”, ancorada em “uma visão estereotipada acerca das pessoas negras e dos seus conflitos num quadro que acirra o modo violento com que o Estado se relaciona com essas populações”.

Desde as elites brancas agrárias do período colonial, até hoje, o Poder Judiciário não rompeu com uma composição majoritariamente branca, masculina, proprietária, sem deficiência e cristã. Em contrapartida, o sistema prisional continua sendo majoritariamente composto por pessoas negras e indígenas, empobrecidas, com baixa escolaridade, em grande número jovens

e homens. Deve-se destacar, contudo, que as taxas de encarceramento feminino têm crescido vertiginosamente.

Movimentos em luta por liberdade

Diante da brutalidade do sistema penal, diversos movimentos sociais e organizações da sociedade civil se articulam, na luta pela vida da população negra, moradora de favelas e periferias. Entende-se que o encarceramento é uma das formas de violência de Estado. Em especial, coletivos de sobreviventes e familiares de vítimas da violência de Estado se mobilizam para tecer estratégias coletivas pelo desencarceramento.

Nas trincheiras das lutas cotidianas, denunciando os avanços do sistema penal e as suas reverberações na sociedade, esses grupos constroem, no presente, a possibilidade de um mundo sem prisões. O abolicionismo penal se inscreve enquanto uma realidade, em práticas cotidianas, em estratégias de luta, não sendo apenas um “horizonte distante”.

A Agenda Nacional pelo Desencarceramento, as Frentes Estaduais pelo Desencarceramento, a Rede de Comunidades e Movimentos Contra Violência, o Eu Sou Eu - Reflexos de uma vida na prisão, a Coletiva Todxs Unidas, a AMUGUE, a AMAR-RJ, e tantos outros grupos têm oferecido leituras fundamentais sobre o Estado. Interpelando as agências punitivas a partir da concretude da realidade, tais grupos vem tecendo estratégias coletivas para enfrentar a violência de Estado.

Para reflexão:

Para que servem as prisões?

É possível um mundo sem prisões?

Qual a relevância dos Movimentos pelo desencarceramento no contexto atual?

Referências bibliográficas:

BARROUIN, Nina. Derechos humanos, tortura y sistema penitenciario: un análisis del caso de Río de Janeiro a la luz de los parámetros establecidos por el Sistema Interamericano de Derechos Humanos. In: **Relaciones Internacionales**, [S.l.], n. 53, p. 11–30, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.15366/relacionesinternacionales2023.53.001> Acesso em: 3 fev. 2024

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. **Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro**. Brasília, 2006. 145 p. Dissertação (Mestrado em Direito) Universidade de Brasília.

FLAUZINA, Ana; PIRES, Thula. Supremo Tribunal Federal e a naturalização da barbárie. In: **Direito e Práxis**. Rio de Janeiro, N.02, Vol. 11, p. 1211-1237, 2020. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/50270/33896>>. Acesso em 3 fev. 2024.

FREITAS, Felipe da Silva. A naturalização da violência racial: escravidão e hiperencarceramento no Brasil. In: **Perseu: História, Memória e Política**. N. 17, Ano 12, p. 37-59. 2019. Disponível em <https://revistaperseu.fpabramo.org.br/index.php/revista-perseu/article/view/298/245> Acesso em 02 jan. 2024.